



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO
ALUNO NA ATUALIDADE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Clesiane Teresinha Dal'Alba

**Constantina, RS, Brasil
2009**

GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO ALUNO NA ATUALIDADE

por

Clesiane Teresinha Dal’Alba

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr^a Maria Alcione Munhóz

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO
DO ALUNO NA ATUALIDADE**

elaborada por
Clesiane Teresinha Dal'Alba

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr^a Maria Alcione Munhóz – UFSM
(Presidente/Orientador)

Ms. Andréa Tonini – UFSM

Dr. João Luis Pereira Ourique – UFPel

Constantina, 08 de agosto de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO ALUNO NA ATUALIDADE

AUTORA: CLESIANE TERZINHA DAL'ALBA

ORIENTADORA: Dr.^a MARIA ALCIONE MUNHÓZ

Data e Local de Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

“A Gestão escolar: desafios da formação do aluno na atualidade” pretende a partir de fatores históricos que envolvem a evolução da educação e da gestão, analisar como as mudanças no processo educacional têm refletido na democratização da educação atualmente, tendo como foco principal o educando e sua formação. A realização deste trabalho deu-se a partir da abordagem diagnóstica da temática, leituras específicas, análise e reflexão do estudo bibliográfico. Os desafios e os problemas enfrentados com a educação brasileira são visíveis e presentes ao longo da história. O mundo passa por transformações tão rápidas, fazendo com o educando busque atualização para ser um membro da sociedade do conhecimento. Os aspectos influentes e determinantes na educação são desafiadores à formação de alunos autônomos, conscientes e, principalmente, capazes de protagonizar sua própria história tendo uma cultura de valores e princípios, buscando uma sociedade mais democrática. Nesse processo, urge programas que busquem a melhoria da educação, do nível de ensino/aprendizagem, de valorização da classe de educadores, de aulas de qualidade e avaliações que proporcionem aprendizagens cada vez mais significativas. Portanto, buscamos construir uma sociedade justa e humana a partir da educação. Educação essa, que nos proporciona transformar o espaço escolar em um local de efetiva participação, onde o educando seja o instigador de nossa atuação docente em suas múltiplas necessidades, dimensões e diversidades, proporcionando um espaço onde possa ser construídas identidades, pessoas capazes de protagonizar sua história e mudar a sociedade em que estão inseridas.

Palavras-chave: Educação. Educando. Gestão democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

MANAGEMENT SCHOOL: CHALLENGES OF TRAINING FROM STUDENT IN THE ACTUALITY

AUTHOR: CLESIANE TERESINHA DAL'ALBA

ADVISER: Dr.^a MARIA ALCIONE MUNHÓZ

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

"The school management: challenges of training the student in the actuality" wants, based on historical factors involving the development of education and management, examine how changes in the educational process are reflected in the democratization of education today, having like focus the student and their training. The completion of this work was from the diagnostic approach of the theme, specific readings, analysis and reflection of the bibliographical study. The challenges and problems faced with the Brazilian education are visible and present along the history. The world has changed so fast, so the student looks to upgrade a member of the knowledge society. The influential and decisive issues in education are challenging the training of students autonomous, conscious, and mainly, able to play their own history and a culture of values and principles, looking for a more democratic society. In this case, need programs that seek to improve education, the level of teaching / learning, enhancement of the class of educators, the quality of lessons and assessments that provide more meaningful learning. Therefore, we build a just and human society from the education. That education, which in turn gives the school a place of effective participation, where the child is the instigator of our role in teaching their multiple needs, size and diversity, providing a space where identities can be built, people able to play their history and change the society in wich they are inserted.

Keywords: Education. Educating. Democratic management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	8
2.1 Reflexos da globalização na educação	14
3 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	16
3.1 Qualidade educativa.....	17
4 O COMPROMISSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	22
4.1 Avaliação.....	26
4.2 Educação básica	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Falar em formar cidadão atualmente é um assunto um tanto complexo e que nos remete a muitos questionamentos e dúvidas. Motivo esse que está relacionado a uma sociedade que teve seu princípio formado por fatores mercantilista e capitalista, manipulada por interesses internacionais do primeiro mundo e pela grande desigualdade social presente no Brasil desde sua descoberta. E que hoje atende ao jogo de interesses político partidário, passando por profundas mudanças de acordo com quem governa, ou quem tem maior voz ativa durante determinado período de nossa história.

A educação sempre foi foco de interesses, de dominação e formação de seres que contemplassem as forças de mercado, a produção e a lucratividade, e dessa forma formando cidadãos que atendam a tais expectativas.

Hoje enfrentamos muitos desafios em meio a uma mudança contínua em nível de gestão educacional e escolar, formação de educadores, espaço físico das escolas, programa a nível quantitativo e qualitativo. Essas mudanças se confrontam com diferentes interesses, de um lado os que querem uma educação que atenda aos seus interesses político partidário com propostas de uma falsa democratização. De outro lado estão os que buscam a construção de um novo paradigma: o emancipatório, voltado à realidade social e local do educando, preocupados com a formação de seres capazes de construir sua própria história, de princípios e valores, conscientes de seu papel na sociedade.

Por isso se faz necessário a reflexão em torno da Gestão Educacional e seu papel na formação de pessoas. A atualidade é nosso maior desafio, pois é no momento em que estamos vivendo que precisamos construir um novo paradigma voltado ao que acreditamos ser a real função da educação pensar no aluno como seu único e insubstituível, em despertar suas potencialidades tornando-se autores de uma sociedade mais humana e solidária.

O presente trabalho de pesquisa é de cunho bibliográfico, foi construído a partir da reflexão sobre o pensar de vários autores. Dessa forma, num primeiro momento buscamos identificar os fatores históricos e culturais que refletem e ainda são entraves no processo de construção de uma educação verdadeiramente

democratizadora, participativa e comprometida com a formação do ser humano, levando em consideração os reflexos da globalização.

Em seguida visamos abordar o campo das organizações de leis que regem a educação do Brasil, através de políticas educacionais que se referem ao país, estados e municípios, como também, que promovem a educação de qualidade.

Por fim, analisamos o compromisso da Educação Básica, dentro do processo de Bem Estar Social, englobando os programas que têm em seu contexto novas estratégias e desafios, as leis que regem em nossa constituição, o papel da avaliação como elemento fundamental e compromisso escolar no desenvolvimento do ensino aprendizagem.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A História da educação, no Brasil, começa junto com a colonização, por isso é necessário considerá-la por apresentar aspectos que influíram e influem até hoje na educação escolar.

Com a colonização, a partir de 1549, o Governo Geral foi o primeiro poder público, a fim de que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal. A organização escolar nessa época chamada Brasil-Colônia, esteve vinculada à política colonizadora dos portugueses, buscando-se, então, a conversão indígena à fé católica pela catequese e pela instrução (ROMANELLI, 1991).

O principal objetivo dos colonizadores era o lucro e a sociedades tinha como função propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas, dessa forma o objetivo educacional, cultural e social era impulsionar a passagem do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial. Nesse contexto, a sociedade e a educação escolarizada só podiam ser convenientes e interessar a chamada nobreza e seus descendentes (ROMANELLI, 1991).

O plano educacional da época, como ressaltamos anteriormente, tinha a intenção clara de catequizar e instruir os indígenas, como determinava os regimentos e, também, a necessidade de incluir os filhos dos colonos à profissão que contavam com significativo apoio real na colônia. O plano de estudos propriamente dito foi elaborado com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades, começando pelo aprendizado do português, incluindo a doutrina cristã, ler e escrever. Em seguida, a educação passou a ter a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse a população indígena e o outro à população “branca” exclusivamente. Os colégios jesuíticos foram o instrumento de formação da elite colonial (ROMANELLI, 1991).

Em meados do século XVII sentiu-se a necessidade de produzir uma literatura de expressão e um programa de modernização. Em 1759 a chamada Companhia de Jesus é atingida diretamente, sendo expulsa. Para a educação, a orientação adotada foi de formar o perfeito nobre, agora negociante, simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um número maior se interessasse pelos cursos superiores com objetivo de aprimorar a língua portuguesa e diversificar o

conteúdo, incluindo o de natureza científica, torná-los os mais práticos possíveis. Surgindo com isso o ensino público propriamente dito, não mais formando para a religião, mas para o estado (ROMANELLI, 1991).

Pedagogicamente, o ensino público, representou um avanço ao exigir novos métodos e novos livros. As transformações ocorridas, não afetaram o fundamental, permanecendo desvinculado dos assuntos e problemas da realidade imediata, ou seja, os educandos não eram estimulados a pensar criticamente sobre a realidade que os cercavam. E aqueles que queriam cursar o ensino superior deveriam enfrentar os riscos das viagens e frequentar os centros europeus, não havendo incentivo à continuidade dos estudos (ROMANELLI, 1991).

No século XVIII com o início da Revolução Industrial, o movimento da burguesia, surgiam as ideias iluministas, que eram ideias convictas no poder da razão humana de interpretar e organizar o mundo, tanto na política e na economia, quanto na religião e na moral (ROMANELLI, 1991).

A educação era oferecida de forma diferenciada entre o povo e a burguesia, ignorando o discurso de igualdade e pregando o discurso de que era através do talento diferenciado que a elite enriquecia, isto é, justificavam a riqueza da elite dizendo-se mais capazes e talentosos. Nesse período passou a ser exigida, aos processos de gestão, que fosse transferido para as salas de aula o modelo educacional burguês de economia e detenção de capital, dessa forma todos os que não pertenciam à classe dominadora, frequentavam aulas planejadas e já “prontas”, dos chamados livros didáticos, onde aprendiam somente o que interessava a elite, verdadeiras mãos de obras baratas (ROMANELLI, 1991).

Com o início da República, Benjamin Constante liderou uma reforma educacional alicerçada nos princípios doutrinários do positivismo Francês de 1830 a 1842, enfatizando a ordem e o progresso, de equilíbrio e harmonia que preconiza nossas instituições políticas, sociais e educacionais. A primeira constituição republicana do Brasil, em 1891, sob a influência do positivismo Francês revela-se na adoção de poderosos instrumentos de controle central e uniformizador do ensino, transmitindo um currículo enciclopédico na adoção de uma metodologia empírica e quantitativa nas práticas de ensino. Tanto na educação quanto na administração pública, os requisitos fundamentais são a ordem, a disciplina, o controle centralizado e a uniformização de comportamentos e práticas (ROMANELLI, 1991).

A partir de então, no final do século XIX através da idealização de Frederik Taylor, todos os setores, políticos, sociais e educacionais voltaram-se ao capitalismo em nosso país. Dá-se início à exigência de potencialização e intensificação do trabalho. O trabalhador era selecionado através da instrução e do treinamento científico, prometendo altos salários e baixo custo de produção, os princípios tayloristas incluíam o aumento das horas e ritmos de trabalho, métodos de produção de massa, controle centralizado e organização hierárquica e burocratizada. Esse processo era supervisionado de modo que o trabalho manual ficasse a cargo dos operários e a parte de elaboração a cargo dos supervisores (ROMANELLI, 1991).

Através do sistema educacional foi possível interferir, também, na maneira de agir e de pensar dos operários. A função dos educadores passou a ser voltada a conscientização coletiva de alta produção, economia e fidelidade ao patrão. Com o povo empenhado a favor de seus superiores com horas extensas de trabalho e baixos salários, ao contrário do prometido, a elite certamente poderia acumular cada vez mais riquezas. Com o modelo taylorista implantado no sistema educacional, tudo o que era ensinado era supervisionado da mesma forma que nas fábricas, de maneira a cumprir os princípios econômicos e capitalistas tayloristas (SILVA, 1992).

Em seguida surge o modelo fordista, incorporando o mesmo sistema de organização científica idealizadora do taylorismo. Criaram processos de produções industriais agrupados de características voltadas à racionalização, divisão, mecanização, linha de montagem, produção de massa, formalização, planejamento, standardização, mudança funcional, objetivação, concentração e centralização. Da mesma forma que o modelo anterior, esse modelo também interfere no sistema educacional, defendendo os princípios fordistas e controladores (ROMANELLI, 1991).

O modelo fordista prevaleceu durante quase todo o século XX, até que sucessivas crises voltadas à falta de avanços tecnológicos deram lugar a novos modelos de produção industrial, como o neofordismo de origem japonesa e o pós fordismo propondo inovações nos produtos e alta viabilidade. Já a responsabilização do trabalho ficou a cargo de ser induzido pelo campo educacional. E o processo de especialização torna-se segmentado em tarefas rotineiras provocando, assim certa desqualificação do trabalhador (SILVA, 1992).

Os modelos taylorismo e fordismo, foram dois períodos de características semelhantes, perpetuados por um grande período de nossa história e podemos

observar uma grande herança sócio-cultural em nosso país que a educação vem sofrendo atualmente, no processo de democratização. Com frequência, em vários lugares, e inclusive em nosso estado, vivenciamos medias autoritárias e burocráticas, de características parecidas às da época, que remetem entidades educacionais a recuos democráticos (SILVA, 1992).

A partir de 1915, são criados cursos no campo educacional, por ser preciso o preparo pessoal mais diversificado. Esses cursos vão desde a formação de serralheiros, oficina de lima e espigadeiros aos cursos de economia, agricultura, química, geologia e mineralogia, desenho técnico e agricultura, cursos esses que buscavam formar técnicos em economia, agricultura e indústria, representando a inauguração do curso superior no Brasil (SILVA, 1992).

Pela primeira vez, tais criações tiveram aspecto positivo, o de surgir a partir de necessidades reais do nosso país. O que representa uma ruptura com o ensino jesuítico colonial (SILVA, 1992).

Mas o ensino primário continua sendo um nível de instrumentalização técnica, tendo sua importância aumentada à medida que cresce o número de pessoas que veem nele, não só um preparo para o secundário como também para pequenos cargos burocráticos. Quanto ao ensino secundário permanece a organização de aulas régias (SILVA, 1992).

Também, entre 1920 e 1930 é conquistado o voto secreto que leva a uma organização social ofuscando momentaneamente os condicionamentos da sociedade dualista brasileira. Já na revolução de 30, anulado todas as tentativas democráticas, as possibilidades sociais, humanas e científicas, desmantelando as reivindicações populares e dando lugar às exigências pessoais, a educação vem como instrumento de exploração e interesse. Uma reação as teorias sociais que dominavam o pensamento e a produção intelectual da Europa e dos Estados Unidos, na década de 20, foi o movimento nacional da “Semana da Arte Moderna”, em São Paulo no ano de 1922, seguido de outros movimentos como o da “Escola Nova”, que consagrou a liberdade de ensino e legitimou formalmente a iniciativa privada no campo da educação (SILVA, 1992).

O que realmente teve impacto foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, que transcendeu as esferas políticas e sociais, com a proposta de uma educação pública comprometida com a promoção e a defesa dos interesses nacionais. Essa experiência, embora limitada pelas práticas populistas, deu-se com a deposição de

Getulio Vargas em 1945, renascendo então os debates sobre os ideais de liberdade e democratização da educação. Optou-se pela importação de tecnologia de ponta e, conseqüentemente, a noção de cidadania e participação foi excluída das metas propostas, ocasionando conflitos ideológicos entre aqueles pertencentes a correntes progressistas (GHIRALDELLI JR, 1991).

Após treze anos de discussão, no Congresso Nacional, é promulgada a lei de diretrizes de base, que fez prevalecer uma ideologia do velho sistema pré-capitalista, reafirmando a conquistas dos representantes do setor tradicional da sociedade antidemocrática. As questões educacionais vinculam-se a cultura herdada, obstruindo o processo de democratização do ensino e o desenvolvimento da sociedade, entretanto já apresenta alguns aspectos concretos de democratização. (GHIRALDELLI JR, 1991). Segundo a LDB (1996, Art. 1º):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizados da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Acreditamos que o sistema educacional, desde sua origem, apresenta uma série de questões que comprometeram de forma muito significativa o que diz respeito às estruturas sócio culturais de nosso país.

Através da imposição cultural Jesuíta, buscou-se a doutrinação dos povos indígenas, foi fortalecido o poder dos colonizadores e posteriormente, da mesma forma foi imposto o sistema positivista francês, sistema esse que buscou formar cidadãos doutrinados, que hoje muitas vezes é definido como capazes de reproduzir apenas esteriótipos, pessoas sem nenhum censo crítico, obedientes e manipuláveis, ferramentas potentes para a elite dominadora (ROMANELLI, 1991).

No decorrer dos fatos históricos nos deparamos com várias tentativas de democratização educacional, sendo que hoje essa educação democrática se apresenta um tanto quanto camuflada, pois nossa LDB, por exemplo, reflete claramente muitos aspectos herdados de uma cultura importada de acordo com os interesses da classe dominadora, e ao mesmo tempo reflete interesses políticos partidários atuais. No entanto, acreditamos que, mesmo com um sistema educacional atrasado, podemos batalhar juntos por uma reforma, sendo que a sociedade deve ser a protagonista na formulação e avaliação da política

educacional, sabemos que dependemos muito da vontade política, mas podemos através do voto, escolher representantes conscientes capazes de mudar essa realidade, e assim contribuirmos na formação de uma sociedade composta por cidadãos mais críticos e democráticos.

Também a partir de 1990, a educação brasileira, passou a receber atenção especial no que diz respeito à gestão educacional, lideradas, principalmente pelo Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, tornando-a uma de suas políticas prioritárias (LUCK, 2006). Entendemos a partir de então que a gestão é aquela que dá identidade a escola, que mobiliza para o coletivo, aquela que busca a qualidade de ensino, com o propósito de fazer a diferença na vida de seus alunos e da sua comunidade.

A partir desse momento a gestão passa a formar seu alicerce na questão paradigmática que corresponde e envolve a formação de conceitos e ideias, a descentralização, o modo de pensar, direcionando a atitude a ser tomada a partir de uma óptica organizada pela visão de conjunto.

A gestão educacional precisa partir da esfera macro e envolver o todo, exercida por equipe e orientada pelos princípios de democracia, norteando ações autônomas, tomada conjunta de decisões, autocontrole, qualidade de trabalho, acompanhamento, continuidade, avaliação e transparência (LUCK, 2006).

Muitas ações isoladas, ao longo do tempo, têm seu desenvolvimento esquecido, bem como, suas boas experiências. Com isso poucas são as sólidas melhorias e desenvolvimento, sendo que o processo de gestão necessita de ações amplas e contínuas em múltiplas dimensões.

Para Heloísa Luck, o paradigma que se constitui a gestão escolar a partir de 1990 deve ser pensado como um todo, como equipe de gestão:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinando com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implantação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromisso com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados) (LUCK, 2006, p. 35-36).

Dessa forma é possível romper limitações compartilhando responsabilidades, buscando soluções próprias adequadas as suas necessidades, considerando o pluralismo, a diversidade e a multiplicidade da realidade em que a escola se insere.

O Plano Nacional da Educação, da LDB e o Plano de Desenvolvimento da Escola, referem-se a um único objetivo que é a formação integral do indivíduo. Formação essa bio-psico-sócio-cultural que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades cognitivas, culturais, científicas, ampliando assim os saberes, atitudes, valores, capacidade de tomar decisões, iniciativa, liderança e responsabilidade (LUCK, 2006).

As diferenças sociais regionais ainda marcam intensamente nosso país, onde a pobreza persiste contribuindo para a exclusão social e o insucesso escolar. A constituição de 1988 promoveu importantes mudanças em relação à educação escolar, assegurando como direito público e gratuito o Ensino fundamental. Em 1996 o congresso nacional aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que propõe um papel fundamental para os municípios, os quais devem manter o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório, inclusive para jovens e adultos. Enquanto o Estado deve se responsabilizar pela oferta de Ensino Médio (DOURADO, 1991).

Os desafios e os problemas enfrentados com a educação brasileira são visíveis e presentes ao longo da história. Um dos problemas são a modernidade, informatização e qualidade versus democracia e justiça, onde representa nesse início deste um novo século um potente instrumento de progresso, ter acesso ao ensino formal. Podemos destacar que através da democracia é possível conquistarmos direitos de cidadãos, tendo as diferenças individuais de cada um respeitadas.

Democracia essa, contra o autoritário, onde a participação de todos deve ser considerada em qualquer decisão, com liberdade de expressão, a igualdade de direitos, servindo a todos sem distinção de classe, posição social ou raça (MARX, 1983).

2.1 Reflexos da globalização na educação

O mundo passa por transformações tão rápidas que a cada dia amanhecemos em um planeta diferente daquele em que se adormeceu na noite anterior; o mesmo ocorre na educação. As transformações pelas quais o mundo vem passando apresentam-se com tanta rapidez que vem requerendo novas posturas de educadores e educandos.

O individualismo atual nasceu com o modernismo, porém o seu exagero narcisista é um acréscimo pós-moderno. A Revolução Industrial demonstrou que o conhecimento permite tornar economicamente viável os novos e diferentes formatos de produção. Após a Segunda Guerra, países procuram agrupar-se em blocos, motivados por crises financeiras e pelas concorrências, pelos conflitos sociais e pela consciente perda de poder. As origens da globalização passam por aí. No contexto atual, o conceito de analfabetismo funcional foi enormemente ampliado, devido a uma educação voltada para os números que se faz necessário junto ao FMI, BIRD, Banco Mundial, entre outros e não voltada para a qualidade que devia ser a coluna dorsal (ANTUNES, 2001).

A educação é cada vez mais referida como resultado da influência de outras crises, situada numa encruzilhada de forças determinada por interesses econômicos, por orientações políticas e ideológicas. Passando dessa forma a ser regida por normas, regras e medidas através de discursos nas diferentes manifestações de poder (ANTUNES, 2001).

Atualmente, o tema educação, vem ganhando centralidade nas discussões há uma preocupação com a formação das pessoas para que possam ter seus saberes valorizados e seus interesses contemplados.

A educação é tida como o maior recurso de que se dispõe para enfrentar essa nova estruturação do mundo. Dela depende a continuidade do atual processo de desenvolvimento econômico e social, também conhecido como era pós-industrial, em que notamos claramente um declínio do emprego industrial e a multiplicação das ocupações em serviços diferenciados: comunicação, saúde, turismo, lazer e informação. Esse homem "global", portanto terá por obrigação estudar durante toda a vida para se manter atualizado e membro da sociedade do conhecimento.

3 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Através da gestão educacional devemos criar espaços e possibilidades de, “reconhecer, criar e recriar cultura”, voltando à democracia e a formação de pessoas com autonomia, com criticidade e iniciativa. Silva (1992), explicitou sua preocupação com a discussão sobre cultura e currículo, assumiu uma posição mais claramente pós-estrutural. Sua defesa da dimensão cultural do currículo veio associada, por exemplo, á definição do currículo como prática de significação.. Romanelli enfatiza que,

na medida em que o homem percebe e aceita o desafio do meio, sente-se compelido a utilizar e explorar sua imaginação, sua inteligência, sua capacidade física de agir, enfim, sente-se compelido a atualizar as qualidades integrantes de sua condição humana, o que faz com que ele se torne mais homem em cada gesto cultural (ROMANELI, 1988, p. 20).

Tornou-se necessário que a Gestão Educacional e Escolar passasse pelo processo de democratização, sendo implantada a Lei 9394/96, artigo 14 da LDB, visando os grupos organizados, compondo os chamados Conselhos, onde haja a contribuição da comunidade escolar como um todo (direção, coordenação, professores, funcionários, pais e alunos). Os conselhos participam da tomada de decisões desde o Regimento Escolar ao Projeto Político Pedagógico.

A LDB (1996), determinou que os sistemas públicos assegurassem às suas unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa financeira, deliberações que expressassem modos concebidos viabilizando o princípio da educação básica.

Para democratizar a Gestão Escolar faz-se necessário primeiramente o desejo, a vontade política, deve partir da esfera macro, o campo das organizações de leis que regem a educação do Brasil, através de políticas educacionais que se referem ao país, estados e municípios (ANTUNES, 2001). Pois, é através da gestão educacional que são traçadas metas, tomadas as decisões e formuladas as leis que serão postas em prática através da Gestão Escolar, onde são ministrados os recursos recebidos dos governos municipais, estaduais, federais e de outras entidades que destinam recursos à educação.

Para Heloísa Luck (2006), só será possível darmos um salto de qualidade em nossa educação se obtivermos expressivas mudanças, não apenas nas práticas pedagógicas, mas na organização, orientação e desenvolvimento dos processos educacionais tornando-os prioridade. Tais mudanças vão além de mudanças curriculares e metodológicas ou de modernização dos espaços, necessitam da integração entre escola e sociedade e suas respectivas culturas, a fim de construir projetos significativos.

Para a autora essas mudanças “implicam num posicionamento das pessoas como sujeitos ativos, conscientes e responsáveis pela dinamização dos processos sociais e instituições de que participam” (2006, p. 23). É aí que entra a importância da gestão educacional como direcionadora orientadora e mobilizadora, permitindo a busca de medidas conjuntas de melhoria de aspectos como qualidade e estatísticas, a chamada quantidade.

3.1 Qualidade educativa

A qualidade educativa busca garantir a todas as pessoas condições básicas de conhecimento de participação e produção. E assim, visa desenvolver capacidades como a de informar-se, por exemplo, no acesso ao conhecimento e na capacidade de reconstruir todo dia o horizonte informativo. Esperamos que o educando torne-se um ser social com capacidade de discutir sobre arte, filosofia, literatura entre outros assuntos na busca do saber. Saber aquilo que é tido como coluna mestra dos desafios modernos.

Os desafios na formação de nossos educandos atualmente integram a transgressão, os espaços de criação, a formação de sentidos e significados, através da música, do teatro, da dança, a literatura e as artes plásticas, ou seja, o debate da gestão atual envolve a necessidade de incluir a dimensão artístico-cultural na formação de crianças e adolescentes dentro do contexto escolar através das experiências vividas, dos conhecimentos e dos valores vivenciados (RAYS, 2000).

É importante que a escola propicie ao educando o prazer do exercício de explorar as potencialidades do mundo que o rodeia, e principalmente, no contexto cultural.

A evolução rápida do mundo reflete diretamente tanto na gestão educacional quanto escolar, exigindo atualização contínua de saberes. As possibilidades de aprender oferecidas pela sociedade exterior à educação multiplicam-se, em todos os domínios. Com isso a escola passa por um desafio maior do que preparar as crianças para uma dada sociedade, pois o problema está em fornecer-lhes constantemente forças de referências intelectuais que lhes permitem compreender o mundo que as rodeia e comportarem-se nele como autores responsáveis e justos, proporcionando-lhes a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino (MORAN, 2006).

Há uma preocupação com ensino de qualidade mais do que com a educação de qualidade. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino se organizam uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a que compreendam áreas específicas do conhecimento. Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade (MORAN, 2006).

Falamos muito de ensino de qualidade, muitas escolas e universidades são colocadas no pedestal, como modelos de qualidade. Na verdade, em geral, há uma série de questionamentos pela sociedade em termos desse ensino ser realmente de qualidade. Temos alguns cursos, faculdades, universidades com áreas de relativa excelência. Mas o conjunto das instituições de ensino parecem ainda estar distante do conceito de qualidade. De acordo com Moran (2006, p. 12), o ensino de qualidade envolve muitas variáveis:

Organização inovadora, aberta, dinâmica. Projeto pedagógico participativo. Docentes bem preparados intelectualmente, emocionalmente, comunicativamente e eticamente. Bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais. Relação efetiva entre professores e alunos que permita conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los. Infra-estrutura adequada, atualizada, confortável. Tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas. Alunos motivados, preparados no seu intelectual e no emocional, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Nosso desafio maior é caminhar para uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano. Para isso precisamos de pessoas que façam essa integração em si mesma do sensorial, intelectual, emocional, ético e tecnológico, que transitam de forma fácil entre o pessoal e o social. E até agora

encontramos poucas pessoas que estejam prontas para a educação com qualidade (MORAN, 2006).

A qualidade é fator determinante a uma aprendizagem significativa. Os alunos não se deixam mais iludir. Até porque o mercado de trabalho tornou-se bem mais sofisticado, não aceitando profissionais apenas titulados, mas exigindo qualidade nos cursos, pois só o diploma não garante o acesso completo ao conhecimento. Já foi o tempo em que se viveu dessa ilusão. Orientar para continuar aprendendo durante toda a vida é uma virtude da educação de boa qualidade. Esse é também o anúncio de uma nova geração mais crítica e consciente de seus reais objetivos (MORAN, 2006).

Exemplifiquemos com o curso de direito. Os alunos se formam e, se não estiverem culturalmente aptos para o exercício dessa nobre profissão, correm o risco de não passar nos exames da OAB. De que maneira, assim, poderão eles alcançar os quadros da magistratura, cada vez mais exigente?

O conceito de qualidade em educação pode ter várias interpretações, pois depende da concepção que o educador tenha dos fins do processo educativo e dos rumos que devem ser seguidos na formação do ser humano. De modo semelhante, os critérios para a avaliação da qualidade da educação continuam sendo objeto de controvérsias, como as vividas hoje na educação brasileira. Contudo podemos dizer que a qualidade é um produto intrínseco dos cursos oferecidos, integra a alma das escolas, com uma dependência direta da formação e do aperfeiçoamento dos seus professores. Estes hoje estão convencidos de que a educação é contínua, pois os conhecimentos, também nas ciências humanas, são modificados diariamente, dada a rapidez dos avanços científicos e tecnológicos (MORAN, 2006).

A Gestão Democrática tem um papel fundamental para que todo esse processo se concretize, por isso desde 1968, o processo de discussão a respeito de reformas tornou-se intenso, através da mesma não mudamos diretamente a política de um país ou sua administração mas trabalha-se com pessoas e essas a partir do momento que construírem conceitos de valores humanos na sociedade poderão interferir para a mudança social, cultural e política.

Esta educação cuja meta é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, agregada ao fato de fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, encontra no projeto de Gestão Democrática da Escola, uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público onde diversas

peças têm a possibilidade de articular suas ideias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista (ANTUNES, 2001).

A administração escolar projetada no desafio da conscientização, parte do pressuposto de que existe a possibilidade no homem de desenvolver-se e crescer interiormente, participar da construção de si mesmo e de uma comunidade cada vez mais humana, de conquistar sua liberdade. O profissional pedagogo é aquele que atua por meio de canais que permitam perceber a democracia não como forma de regime político, mas uma forma de existência social. Assim sendo, a questão democrática passa a ser uma questão social e política, fundada numa cidadania concreta, que começa no plano do trabalho, isto é, a passagem dos objetos sócio-políticos em que nos tornamos sujeitos históricos (ANTUNES, 2001).

No âmbito político, advoga a necessidade de distinguir as determinações de um determinado fenômeno social das secundárias, ou seja, no processo histórico necessitamos diferenciar de forma bem clara aquelas determinações que se alternadas, modificam estruturalmente a natureza dos fatos ou das relações sociais daquelas que alteram sem mudar sua essência estrutural. No âmbito epistemológico, o pressuposto básico é de que a compreensão dos fatos da realidade social implica articulá-las na sua totalidade histórica, com o objetivo de combater a fragmentação e o particularismo do conhecimento e no domínio curricular o eixo básico das mais diferentes ordens (ANTUNES, 2001).

O plano pedagógico, o eixo central da proposta de uma escola unitária cidadã, funda-se no processo ensino-aprendizagem tendo como alvo os alunos enquanto sujeitos sociais suas múltiplas necessidades, dimensões e diversidades, o que requer uma leitura consciente das determinações concretas da própria realidade (RAYS, 2000).

Reconhecendo a amplitude do processo educacional, constatamos que o trabalho administrativo pedagógico deve verter para a transparência sustentada pelo trabalho coletivo e participativo. A participação possibilita a população um aprofundamento do seu grau de organização e uma melhor compreensão do estado influenciando na maneira mais efetiva de seu funcionamento (RAYS, 2000).

Quando falamos da amplitude do processo educacional, o qual implica essencialmente o processo administrativo no âmbito das relações sociais, nos referimos do próprio “fazer humano” e conseqüentemente o próprio homem, pois

pensar sobre nós mesmo é tentar encontrar a natureza do homem algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustenta o processo de educação.

Esta, portanto, implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação, e não objeto dela.

Recordamos o grande educador Paulo Freire (1996), quando afirmava que ensinar é uma especificidade humana que exige segurança, competência profissional e generosidade. Acredito, porém, que: administrar é uma especificidade humana, exige segurança, competência profissional, habilidade, criatividade, cooperação e comunicação.

Na afirmativa de Paulo Freire (1989, p. 28), quando diz que “ninguém educa ninguém, nós nos educamos”. Para ele, o homem pode ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta. Pensar em uma administração correlacionada ao desejo de transformação, promover a cidadania, poder demonstrar que é possível mudar e isto reforça a importância de sua tarefa político-pedagógico, é contrapor-se ao autoritarismo, a centralização e resgatar o verdadeiro sentido da administração.

4 O COMPROMISSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Gestão Educacional começa a se concretizar realmente a partir da década de 1990, onde até então a gestão era de cunho administrativo, controlador e conservador, de uma visão fragmentada da realidade. Onde as alterações nas políticas públicas dão nova abertura nas relações entre o Estado e as Políticas Educacionais (MARX, 1983).

A denominação de Estado está vinculada, segundo Marx, ao modo de produção, às maneiras como os homens se relacionam ao longo da história. Por esse motivo, são várias as denominações para o Estado como: “absolutista” e “de bem estar social” (MARX, 1983).

Essa busca dispersar as grandes massas de trabalho, despolitizando e atomizando-as como afirma Marx:

o Estado manietta, controla, regulamenta, vigia e tutela a sociedade civil, desde as suas manifestações mais amplas de vida até às suas vibrações mais insignificantes, desde as suas modalidades mais gerais de existência até à existência privada dos indivíduos, onde este corpo parasitário adquire, pela mais extraordinária centralização, uma onnipresença, uma omnisciência, uma capacidade acelerada de movimento e uma elasticidade que só encontram correspondência na dependência desamparada, na disformidade incoerente do corpo social efectivo (MARX, 1983, p. 454).

A educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado. Esse modelo procura incentivar a pesquisa Científica, para auxiliar no mundo empresarial que requer força de trabalho qualificado, força essa necessária para a competição no mercado nacional e internacional. Além de tentar tornar a Escola um meio de transmissão de meios de princípios doutrinários adequando à ideologia dominante, uma vez que o pensamento dominante tem convivido com o pensamento crítico nas escolas e universidades o que torna um desafio, fazer a escola funcionar como um mercado que insira a venda de produtos da indústria cultural e da informática, o que também já conseguiram (ANTUNES, 2001).

Hoje o regime econômico de nosso país corresponde às propostas e projeto de quem administra e como isso a educação vota-se a atendê-los em seus princípios norteadores.

Quanto ao Estado de Bem Estar social é o tipo de organização política e econômica que coloca o estado como agente de promoção (protetor e defensor) social e da economia. Cabe ao Estado de Bem Estar Social garantir serviços públicos e proteção à população. Teve origem por causa da chamada “grande depressão” com o fim dos governos arbitrários e com a hegemonia dos governos entre outros fatores (ANTUNES, 2001).

Pelos princípios de Bem Estar Social, todos teriam direito de bens e serviços mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, assistência médica gratuita, auxílio ao desemprego, garantia de uma renda mínima, e recursos adicionais à criação dos filhos. A ideia fundamental desse pensamento é a igualdade de oportunidades e programas como o INAN, SUS e SUDS auxiliam nesse processo, bem como os programas que tentam diminuir as distorções causadas por desigualdades de rendas: PIS/PASEP, FAPTER, FUNRURAL, Bolsa Família, entre outras (ANTUNES, 2001).

Mas por outro lado os programas citados trazem polemica a sociedade, pois será que esses programas resolvem realmente os problemas sociais? Todas as pessoas que necessitam de auxílio tem se beneficiado dos mesmos? Existem interesses políticos partidários na efetivação dos mesmos? Os benefícios que tais programas trazem a sociedade são evidentes, mas devemos estar atentos as entrelinhas desse processo de auxílio, que nem sempre atende a todos e apresentando em suas entrelinhas característica política partidária. Além disso, não está comprovado que as famílias que fazem parte desses programas esforçam-se para mudar a sua realidade e sim, mas muitas vezes acomodam-se e esperam ser sempre apenas o beneficiado.

A educação, dentro do processo de Bem Estar Social entende-se ser uma educação de caráter interdisciplinar, situada no campo da educação não formal, fundamentada, teoricamente na nascente Pedagogia Social. Esta, por sua vez concebida como uma ciência normativa, que se articula a outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e História da educação (ANTUNES, 2001).

Esta interdisciplinaridade justifica a existência de diversas categorias de trabalhadores que atuam nesta área, desde aqueles que se reconhecem como animadores sociais aos profissionais de formação superior. Dentre esses últimos,

temos uma predominância de profissionais da Psicologia e do Serviço Social, mas, em contrapartida, uma proporção muito menor de profissionais da educação. Não queremos, com isso, construir um discurso corporativista, mas ressaltar que a contribuição dos profissionais da educação nos parece ainda tímida, como que vindo a reboque da atuação de outras áreas.

Talvez isto se justifique pelo fato de que tais profissionais ainda não tenham percebido a educação social como parte de sua área de atuação e também porque vivemos sob fortes reflexos do Capitalismo Neoliberal. Podemos constatar que apesar de vivermos no período contra a hegemonia, capitalismo e neoliberalismo, continuamos ligados a esse processo e os reflexos são visíveis em todo o Estado, nas diversas Sociedades e no sistema Educacional (ANTUNES, 2001).

O Neoliberalismo nas últimas décadas passou por grandes transformações, como o crescente desemprego, destruição ambiental em escala globalizada, dando prioridade a uma sociedade consumista. Sendo que a mesma vem acompanhada de um discurso de democratização, mas a crise mundial passa por um processo maciço, conseqüente das chamadas forças produtivas, onde a tecnologia abrange a maior parte do campo de trabalho e o desemprego toma conta de todas as classes sociais, sendo os países carentes os mais atingidos, peourla sua fragilidade estrutural (ANTUNES, 2001).

Processo de “territorialização das políticas educativas” é um fenômeno essencialmente político e implica um conjunto de opções que tem por pano de fundo um conflito de legitimidades entre o estado e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local (atende a lógica de mercado) (ANTUNES, 2001).

O modelo taylorista fordista vem sendo substituído por forças de produção flexivas e desregulamentado. O que nos demonstra que quanto maior a competitividade e a concorrência, maiores as conseqüências em uma profunda crise estrutural. Para o autor Ricardo Antunes,

destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”..., mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2001, p. 17).

A política educacional utilizadas para a expansão do capital vai perdendo sua identidade como um direito social, dessa forma surge o processo de reforma do Estado e da gestão expressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394/96). Nesse processo a escola passa a ser vista como um espaço de conhecimentos tecnológicos de desenvolvimento de habilidades, competências e capacidades requeridas ao setor produtivo.

4.1 Avaliação

Um dos fatores de maior polêmicos, quando se trata de educação é a avaliação. Essa é, sem dúvida, um dos fatores de maior influência e determinação em relação há uma educação de qualidade ou não. Aliás, a avaliação é considerada por todos (comunidade escolar e sociedade em geral), a principal responsável pela aprendizagem do aluno, conceito esse formado ao longo da história da educação e que esquece de que uma educação de qualidade se dá através do todo, ou seja, a aprendizagem vai muito além da forma de avaliar, ela acontece em todos os momentos de forma processual, contínua e conjunta.

Para o autor Rays diz:

Historicamente, a avaliação da aprendizagem escolar surge da necessidade do educador acompanhar o nível de desenvolvimento do educando, detectar suas necessidades e dificuldades para o processo de aprendizagem, com a finalidade de buscar os caminhos mais adequados para o trabalho pedagógico e para a aprendizagem do educando (RAYS, 2000, p. 87).

A avaliação continuada tornou-se uma exigência de quem leva o ensino a sério. Seja a avaliação interna, com a presença de mestres e doutores da instituição, seja a avaliação externa, que só pode ser temida por aqueles que não entendem o real significado do processo avaliatório para a obtenção de padrões cada vez mais elevados de qualidade em todos os níveis de educação (RAYS, 2000, p. 87).

Num sistema de avaliação emancipatório, são consideradas e valorizadas as particularidades do educando, sua essência e sua identidade muito mais do que qualquer padrão ou meta estabelecida, como afirma Jussara Hoffmann:

Acredito que muito temos a descobrir debruçando-nos sobre as respostas das crianças e jovens, lendo-as nas entrelinhas, pensando como possam tê-las compreendido, suas incríveis e curiosas soluções e a interpretação possível em relação às perguntas feitas, às ordens dos exercícios. O que não significa que possamos encontrar explicações definitivas em todas as ocasiões, mas, sim, que possamos refletir sobre muitas possibilidades de o educando ser levado a formular a resposta daquela maneira. (HOFFMANN, 2008, p. 51)

É fundamental que o educando expresse suas opiniões, considerações, de seu parecer sobre determinados assuntos, é através das questões elaboradas que o

educador revela se há subjetividade, revela o verdadeiro saber e intenção, faça da avaliação um instrumento de mediação oportunizando a exposição de ideias em debates e discussões, apresentando novos desafios para que os alunos busquem respostas e soluções de forma processual e contínua (HOFFMANN, 2008).

Outro fator importante é saber avaliar o que mais interessa ao educando para que seja utilizada como instrumento de ensino-aprendizagem, considerando o seu fazer e conseqüentemente a necessidade de irmos muito além do tradicional, para isso planejamento é fundamental e pode acontecer partindo de uma situação “provocativa” do aluno em busca de uma descoberta (HOFFMANN, 2008).

Com isso consideramos a avaliação um processo flexível com objetivo bem determinado, ou seja, é preciso que o educador esteja atento as necessidades, particularidades e desejos do aluno para proporcionar novos desafios e a partir de então, através de um processo particular e contínuo, avaliá-lo em todos os aspectos em sua aprendizagem.

4.2 Educação básica

A LDB, o PDE e o PNE, são partes do processo na busca mudanças significativas na educação básica brasileira, procurando a erradicação do analfabetismo, universalizando o atendimento escolar, melhorando a qualidade de ensino, com promoção humanística, científica e tecnológica, bem como formação continuada para os profissionais da educação.

Conforme estabelece a Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, juntou a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar formando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse é responsável por informações que dizem respeito à realidade educacional brasileira e, especificamente, por regiões, rede de ensino pública e privada.

O SAEB tem como principal objetivo conhecer as condições internas e externas que interferem no processo de ensino aprendizagem através da coleta de dados a respeito da qualidade da educação do País, essas coletas são feitas por meio da aplicação de questionários de contexto respondidos por alunos, professores

e diretores, e por meio da coleta de informações sobre as condições físicas da escola e dos recursos de que ela dispõe.

Outro meio utilizado como estratégia de melhoria na qualidade da educação é a Prova e a Provinha Brasil, foi criada em 2005 e fornece um diagnóstico detalhado do ensino público brasileiro, pois permite a obtenção de dados por escolas e municípios. Em 2007, a Prova Brasil passou a ser operacionalizada em conjunto com o SAEB.

O ENEM é o Exame Nacional do Ensino Médio que é um exame aplicado em todo o país, com o objetivo de proporcionar uma auto-avaliação do aluno através das habilidades e competências que formam o exame. Antigamente era um exame pouco valorizado pelos alunos, mas foi-se o tempo em que o ENEM era deixado de lado pelos estudantes. Agora a maioria dos participantes valoriza a prova da mesma forma que o vestibular, já que um bom desempenho no ENEM é a porta de entrada para uma universidade, principalmente através das bolsas oferecidas pelo PROUNI.

Outro método utilizado é o Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo INEP. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar.

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do ensino Fundamental e Médio, juntamente com outras avaliações do INEP (SAEB e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

Quanto ao IDEB, programa que procura mostrar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criado em 2007 pelo INEP, com o objetivo de reunir dois conceitos igualmente importantes num só indicador para melhorar a qualidade da educação, quanto ao fluxo escolar e as médias do desempenho nas avaliações, ou seja, procura suprir as deficiências do PDE e os demais programas, anteriormente implantados. Dessa forma, através dos resultados, propõe traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre a aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e nas médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a Prova Brasil, ou seja, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas.

O objetivo do IDEB, além de ampliar as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, é também um mérito de equilibrar aprendizagem e fluxo, sem que um ocorra separadamente do outro, calculando a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar e médio de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP.

Podemos verificar que a qualidade na educação deve partir de um conjunto de objetivos propostos. Essa deve buscar qualificar, fazer bem feito. Portanto educação é aprender, qualidade significa aprender de fato, significa saber, ter o conhecimento necessário para interferir no meio onde a pessoa está inserida. Na educação básica, qualidade significa ao menos aprender a realizar as operações matemáticas mínimas, saber expressar-se, comunicar-se, entender o mundo que cerca o educando, entender aquilo que está lendo. Qualidade também é ter um sujeito integrado ao mundo onde ele vive capaz entender a cultura sua e das pessoas onde o mesmo está inserido.

Esses recursos de aferição quanto ao nível de conhecimento do educando (Prova Brasil e outros), são importantes instrumentos quando estiverem a serviço da educação, como verificadores dos problemas e ao mesmo tempo quando temos um governo realmente preocupado em melhorar a qualidade educacional. Quando utilizado apenas para promover um concurso entre os melhores não um objetivo realmente significativo a melhoria da educação. Para o aluno permanecer na escola, ele deve estar motivado, deve sentir prazer por aquilo que está fazendo e não como alguns mecanismos utilizados como forma de medir e de fluxo escolar. Tanto a LDB, quanto o PDE, possuem a intenção de melhorar a educação nacional, mas como ressaltai anteriormente, é necessário o envolvimento de todos.

Os indicadores na Gestão escolar democrática enfocam a participação nas decisões, a preocupação com a qualidade, com a relação custo-benefício e com a transparência. Em relação à Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola: discute-se sobre os processos de formação dos professores, sobre a competência, assiduidade e estabilidade da equipe escolar. Quanto ao Espaço físico escolar: os indicadores enfatizam o bom aproveitamento dos recursos existentes na escola, a disponibilidade e a qualidade desses recursos e a organização dos espaços escolares. Os indicadores para o Acesso, permanência e sucesso na escola, evidenciam a preocupação com os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem. Aqueles que mais faltam na escola. Quais os motivos que levam os alunos a abandonarem ou se evadirem da escola. Devemos, porém, enfatizar que não existe um modelo único para a escola de qualidade.

Qualidade é um conceito ativo, que deve ser construído e reconstruído continuamente. Cada escola tem autonomia para refletir, indicar e atuar no caminho e encontro da qualidade da educação. A escola necessita ter uma estratégia compartilhada entre os professores para fazer os alunos progredirem na leitura e na escrita, buscando envolver as famílias, que podem exercer um papel respeitável, estimulando o aprendizado de leitura e escrita de seus filhos.

Esperamos que a educação básica alcance a todos de forma quantitativa e qualitativa. De um lado, uma quantidade mínima de informação universalmente disponível, de estilo interdisciplinar e matricial, e de outro, um qualidade mínima em termos aprofundamento e atualização. Isso corresponde à busca por capacidade de informação crítica, uma das bases da organização do sujeito histórico, habilitado a ler e interpretar sua realidade e seu entorno com criatividade sempre renovada; capacidade de atualização incessante, com o objetivo de “aprender a aprender”.

E, também, que essa formação básica seja continuada, capaz de dominar a tecnologia. Reconhecendo a necessidade de a formação profissional deixar de ser mero treinamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos identificar os aspectos influentes na construção de uma educação que tenha como foco principal a formação do aluno na atualidade, considerando-o como fundamental ao conhecimento de um futuro gestor.

Dessa forma, abordar aspectos que nos desafiam como autores atuantes na busca de um processo de mudanças urgentes e necessárias na educação atual, faz com que nos defrontarmos com uma herança sócio cultural hegemônica, de pressão globalizadora e capitalista atuantes em nosso país. A identificação e reflexão sobre a nossa educação ao longo da sua história nos possibilitam a uma compreensão mais ampla dos entraves que nos desafiam nos dias atuais.

Tendo como desafio maior, transformar nossas escolas em espaços verdadeiramente democráticos, de trocas de conhecimentos e vivências, levando a sociedade a atuar diretamente na construção de um paradigma emancipatório e participativo, onde todos possam contribuir para uma educação mais humana, voltada as necessidades locais e dessa forma uma educação mais significativa.

Outro aspecto muito importante na melhoria de qualidade da educação está nas políticas educacionais, ou seja, nos programas que são elaborados e reelaborados, bem como, os que deixaram de existir e aqueles que vêm surgindo atualmente, trazendo em seus contextos, por um lado inovações que condizem com as necessidades atuais, mas também, por outro lado, continuam apresentando em seus contextos, aspectos tradicionais de uma educação de caráter deficiente. Por isso se faz necessário que se criem políticas elaboradas em coletividade, que busquem efetiva valorização dos profissionais da educação, espaço físico e material adequado proporcionado condições de pesquisa e experimento aos educandos, que a sociedade seja realmente parte atuante na educação e enfim que os aspectos quantitativos e qualitativos sejam alcançados.

Acreditamos, assim como Heloísa Luck (2006), que a partir da inserção das políticas educacionais e projetos pedagógicos, bem como, o compromisso com os princípios da democracia e com métodos seja possível organizar e proporcionar condições para um ambiente educacional autônomo de participação e

compartilhamento, onde o foco principal esteja voltado a construção de aprendizagem de nossos educandos em uma atual sociedade com tantos desafios.

Por isso, nós professores gestores, buscamos construir uma sociedade justa e humana a partir da educação. Educação essa, que nos proporciona transformar o espaço escolar em um local de efetiva participação, onde o educando seja o instigador de nossa atuação docente em suas múltiplas necessidades, dimensões e diversidades, proporcionando um espaço onde possa ser construídas identidades, pessoas capazes de protagonizar sua história e mudar a sociedade em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Buscando Rigor e Qualidade. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 51-64, 2001.

ANTUNES, Ricardo. (Luiz Fernandes Dourado e Vitor Henrique Paro - organizadores). **Políticas Públicas & Educação básica**. Universidade Aberta do Brasil. São Paulo: Ed. Xamã, 2001.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, C. R. PESQUISA PARTICIPANTE. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei N.º 9.394, de dezembro de 1996: Diário Oficial da União: de 23 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (Lei n.º 8.069/1990) Comanda: Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente. 2. ed. Ministério da Justiça, 2002.

_____. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, v.86, n.212, jan./abr. 2005.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, Professores fascinantes**. A educação de nossos sonhos: formando jovens felizes e inteligentes. 14. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DOURADO, L. F. **Administração escolar na escola pública**: perspectiva de democratização da gestão. Goiânia: Interação. vol. 1 e 2, n.º 14/15, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes. 15. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação**. Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica**. Alternativas de mudanças. 54. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora. Uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 27. ed. Porto Alegre: Editora: Mediação, 2008.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Série: Cadernos de Gestão. ISBN 85.326,3296-3B. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARX, Karl. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006.

PILLETTI, Nelson.. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RAYS, Oswaldo Alenso. **Trabalho pedagógico: hipótese da ação didática**. Santa Maria: Paollotti, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

WERNECK, Hamilton. **Anota prende, a sabedoria liberta**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.